

BOLETIM DE ANÁLISE Nº 03 DO MIRANTE DE INSERÇÃO DOS PCDs NO ESTADO DE SÃO PAULO JULHO DE 2010

Atilio Machado Peppe, EPPGG
Gerente do Núcleo de Programas Sociais da SRTE-SP

O Boletim de Análise 02 do “Mirante de Inserção dos PCDs no Estado de São Paulo – Julho/2010” levantou algumas indagações e hipóteses sobre o potencial de inserção de pessoas com deficiência (PCDs) que resolvemos discutir mais aprofundadamente neste nº 03 do Boletim, baseados em estatísticas do trabalho complementares. Em outros termos: considerando os dados da coluna 13 do Mirante (População de PCDs Não Ocupada) segundo o Censo 2000 do IBGE, cerca 2,4 milhões de PCDs no Estado de São Paulo, 10,9 milhões no Brasil e 8,6 milhões no Brasil sem o ESP, não obstante as grandes imprecisões que afetam tais quantitativos, pergunta-se: quais seriam as grandes chances e entraves para a inserção desses PCDs nas vagas de emprego do mercado de trabalho formal, sobretudo nos limites do chamado “Número Potencial de Contratos PCDs segundo a Lei das Cotas” (coluna 5 do Mirante?, aliás muitíssimo inferiores que o estoque de Não Ocupados da coluna 13).

PCDS E NÃO-PCDS NO CENSO DEMOGRÁFICO IBGE DE 2000

No Censo relativo ao ano 2000 o IBGE constatou que do total de população residente no Estado de São Paulo (36.660.170 pessoas), o total de pessoas com deficiências no Estado de São Paulo (ESP) chegava a 4.203.632 PCDs, enquanto a população sem essas deficiências declaradas atingia um total de 32.456.538 pessoas. Verificamos rigorosamente nas tabelas estatísticas que esses dois contingentes, com e sem deficiências, apresentavam diferenças mínimas quando distribuídos segundo os critérios *tout court* de **gênero** (masculino e feminino), **faixas de idade** e grupos por **cor** da pele. Essa mesma homogeneidade se reproduz na comparação entre os segmentos ocupados e não ocupados de PCDs e não-PCDs. Logo, essas determinações não têm nenhuma importância para responder às indagações acima sobre chances e entraves para inserção dos PCDs nas ocupações do mercado de trabalho, tanto nas informais, quanto nos empregos formais. É diferente, porém, o caso da Tabela 1, abaixo.

Comparações por faixas de escolaridade

A relativa homogeneidade existente naquelas faixas enquanto tal começa a desaparecer quando se compara a **distribuição por anos de estudo** da população residente do ESP com 15 ou mais anos, subdividida entre a população PCDs e a população sem tais deficiências (23,1 milhões), conforme Tabela 1, abaixo.

Tabela 1		
População Residente com 15 ou mais anos, com Deficiência e sem tais Deficiência, por Faixas de Anos de Estudo, no Estado de São Paulo - Censo 2000 IBGE		
Anos de Estudo	PCDs	Sem Defics
Total	3.890.209	23.148.074
Sem instrução e menos de 1 ano	711.008	1.084.991
Part %	18,3	4,7
1 a 3 anos	786.870	2.416.249
4 a 7 anos	1.253.779	7.183.298
8 a 10 anos	483.672	5.126.200
1 a 10 anos	2.524.321	14.725.747
Part %	64,9	63,6
11 a 14 anos	461.072	5.445.886
Part %	11,9	23,5
15 anos ou mais	167.069	1.799.194
Part %	4,3	7,8
Não determinados	26.739	92.256
Part %	0,7	0,4

Observe-se que a faixa de estudos "Sem instrução e menos de 1 ano" (praticamente os analfabetos) é significativamente mais predominante no segmento das Pessoas com Deficiência recenseadas no ano 2000 (18,3%), contra apenas 4,7% no conjunto da população sem tais deficiências. Inversamente, é cerca da metade menor a proporção de PCDs das faixas de ensino médio (11 a 14 anos de estudo) e superior e pós-graduação (15 anos ou mais) em comparação com as pessoas sem tais deficiências. A proporção apenas coincide na grande faixa do Ensino Fundamental (de 1 a 10 anos de estudo), na qual havia 64,9% do total dos PCDs e 63,6% do total dos não-PCDs.

Já se começa, aqui, a ter indícios de que as ocupações (formais e informais) e níveis de qualificação profissional das pessoas com deficiências tenderiam a se concentrar na faixa de escolaridade do Ensino Fundamental. Haveria proporcionalmente menos PCDs de níveis médio e superior do que a população sem tais deficiências para assumir empregos mais exigentes. É claro que os resultados do Censo 2010, prestes a serem divulgados, poderão revelar alterações importantes nessa distribuição estatística de 10 anos atrás.

Comparações por faixas de idade

Se, ao invés do somatório das populações com deficiências e sem essas deficiências, acima abordado, nos detivermos na série da população residente com 10 ou mais anos com deficiências (PCDs) no ESP (total de 4.043.891 pessoas), segundo o Censo 2000, vamos encontrar certas características significativas em termos de **faixas de idade** na distribuição dos segmentos PCDs de Ocupados e Não Ocupados, conforme Tabela 3, a seguir.

Tabela 2		
População Residente com 10 ou mais anos, Com Deficiências, Ocupada e Não Ocupada, no Estado de São Paulo - Censo IBGE 2000		
Total de PCDs Ocupados e Não Ocupados	4.043.891	
PCDs	Ocupados	Não Ocupado
Faixas de Idade	1.451.987	2.591.904
10 a 14 anos	4.817	148.864
Partic %	0,3	5,7
15 a 19 anos	47.967	126.371
20 a 24 anos	104.335	96.205
25 a 29 anos	123.355	89.843
30 a 39 anos	289.186	207.249
40 a 49 anos	426.301	336.900
50 a 59 anos	296.306	433.786
60 a 64 anos	78.071	244.501
15 a 64 anos	1.365.521	1.534.855
Partic %	94,0	59,2
65 a 69 anos	42.864	252.410
70 a 79 anos	33.747	433.796
80 anos ou mais	5.038	221.977
65 a 80 anos ou mais	81.649	908.183
Partic %	5,6	35,0

Ressalta na Tabela 2, dentro do grupo principal de PCDs em idade produtiva (dos 15 aos 64 anos) a concentração da quase totalidade de sua força de trabalho – nada menos que 94,0% do total – teoricamente apta a ingressar no mercado de trabalho formal, em contraste com o restante da população de PCDs do estado, os Não Ocupados, cujo grupo de 15 a 65 anos de idade perfaz 59,2% do total. Trata-se de uma diferença normal e coerente, posto que, dentre os Não-Ocupados em idade dita produtiva pode se concentra um grande contingente de PCDs com limitações mais graves para ingressar no trabalho. Também no grupo de 65 a 80 ou mais anos destes PCDs Não-Ocupados aparece naturalmente uma grande porção de pessoas de terceira idade (35,0% do total) já afastadas das ocupações do mercado, bem como um número maior de crianças de 10 a 14 anos (5,7% do total).

Diferenças de renda por gênero de PCDs e Não-PCDs Ocupados

Com relação à série do Censo 2000 de população residente Ocupada do ESP com 10 ou mais anos de idade (total de 14.941.544 pessoas) nota-se que as diferenças entre faixas de renda nominal mensal de todos os trabalhos são ínfimas na comparação do segmento Com Deficiências (total de 1.451.987 de PCDs) e o segmento Sem Deficiências (total de 13.489.557 pessoas). A grande disparidade aparece dentro da população ocupada de PCDs entre faixas de renda auferida por homens e mulheres das mesmas faixas. A Tabela 3, a seguir, é bastante ilustrativa a respeito dessas **diferenças de renda por gênero de PCDs**.

Tabela 3				
População Residente com 10 ou mais anos Ocupada Com Deficiências e Sem Tais Deficiências, por Renda Nominal Mensal de Todos os Trabalhos no Estado de São Paulo Censo IBGE 2000				
Faixas de Renda	PCDs Ocupados		Não PCDs Ocupados	
Total	HOMENS COM DEFICIÊNCIAS, OCUPADOS	905.519	HOMENS SEM TAIS DEFICIÊNCIAS, OCUPADOS	8.204.672
Até 1 SM		82.038		517.942
Partic %		9,1		6,3
Mais de 1 a 5 SM		518.372		4.802.468
Partic %		57,2		58,5
Mais de 5 a 15 SM		217.203		2.058.626
Partic %		24,0		8,8
Mais de 15 a Mais de 30 SM		72.446		722.541
Partic %		8,0		8,8
Sem rendimento		15.460		103.095
Partic %		1,7		1,3
Total	MULHERES COM DEFICIÊNCIAS, OCUPADOS	546.468	MULHERES SEM TAIS DEFICIÊNCIAS, OCUPADAS	5.284.885
Até 1 SM		108.698		709.684
Partic %		19,9		13,4
Mais de 1 a 5 SM		328.980		3.270.639
Partic %		60,2		61,9
Mais de 5 a 15 SM		74.468		954.683
Partic %		13,6		18,1
Mais de 15 a Mais de 30 SM		17.959		234.729
Partic %		3,3		4,4
Sem rendimento		16.363		115.150
Partic %		3,0		2,2

Veja-se na coluna PCDs Ocupados da tabela que há proporcionalmente mais mulheres (19,9% do total das mesmas) na faixa de renda mais baixa de Até 1 Salário Mínimo (SM) do que o grupo dos homens (9,1% do total). Na faixa de maior concentração desses trabalhadores, com Mais de 1 até 5 SM, as mulheres PCDs levam uma pequena vantagem, de 60,2% para 57,2% do total dos homens. Mas, de novo, entram em desvantagem nas faixas superiores de renda, de mais de 5 SM a Mais de 30 SM, em que aparece proporcionalmente mais homens. Reproduz-se, assim, dentre os PCDs ocupados a velha síndrome da desvantagem remuneratória das mulheres no mercado de trabalho.

Tais vantagens de renda do trabalho do sexo masculino dentre os PCDs ocupados não são homogêneas com as mesmas faixas de renda por gênero da população ocupada dos Não-PCDs, conforme comparação com a última coluna da tabela. No segmento dos homens e das mulheres, há um pouco mais de PCDs ocupados na menor faixa de renda do que os Não-PCDs ocupados. Na faixa seguinte de Mais de 1 a 5 SM também há um pouco mais de presença de Não-PCDs ocupados. Na faixa superior de Mais de 5 a 15 SM os homens PCDs ocupados levam uma boa vantagem, de 24,0% para 8,8%, enquanto as mulheres PCDs ocupadas ficam em ligeira desvantagem. Na última faixa, Mais de 15 a Mais de 30 SMs, há uma equivalência maior entre os dois segmentos.

EMPREGOS FORMAIS DE PCD'S E NÃO-PCD'S SEGUNDO A RAIS 2009

Ao entrarmos no universo do mercado formal, relativo aos empregos com carteira assinada (CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social), mudam-se acentuadamente as dimensões e os parâmetros das estatísticas do trabalho em comparação ao universo dos trabalhadores recenseados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000. Sobressairam no Censo 2000 os segmentos de Pessoas com Deficiências, bem como de Pessoas sem tais Deficiências, Ocupadas (nas mais diferentes ocupações do mercado informal de trabalho, assim como nos empregos formais relacionados com o cumprimento da Lei das Cotas) e as Não Ocupadas (aquelas pessoas que buscavam ou já haviam desistido de buscar alguma ocupação no mercado de trabalho à época do recenseamento).

De acordo com a Tabela 4, inserida na página seguinte, os dados da RAIS 2009, que revelam a posição das categorias estatísticas utilizadas no Mirante dos PCDs em 31/12/2009, mostram alguns dados essenciais, cujas referências principais resumimos a seguir.

Distribuição de Empregos Formais segundo a RAIS 2009 e PCDs Beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada) em Julho/2010					
Dimensão Geográfica	Empregos Formais em geral	Empregos de PCDs (Lei das Cotas)	Potencial de Empregos para PCDs (Cotas)	Potencial a Realizar (Cotas)	PCDs Beneficiários do BPC (01 SM)
Estado de São Paulo (ESP)	6.516.211	96.252	263.480	165.775	239.851
Brasil Sem o ESP	16.001.669	192.341	645.850	453.005	1.474.703
Brasil	22.517.880	288.593	909.330	618.780	1.714.554

Logo salta aos olhos que há uma grande distância quantitativa desses dados de Empregos formais para PCDs, propiciados pelo cumprimento ou pelas exigências da Lei das Cotas, e o universo de Pessoas com Deficiência e das PCDs Ocupadas analisado anteriormente. Só no Estado de São Paulo, tínhamos, pelo Censo do ano 2000, há dez anos atrás, cerca de 4,2 milhões de pessoas com deficiências e 24,6 milhões em todo o Brasil. Havia no ESP 1,5 milhões de PCDs Ocupados (mercado formal e informal) e 2,6 milhões de Não Ocupados. No Brasil, 9,1 milhões de PCDs Ocupados e 14,4 milhões de Não Ocupados. Diante de tamanhos contrastes numéricos, é impossível não insistir na perplexidade quanto às razões pelas quais “tantos milhões” de PCDs declarados no recenseamento de 2000 ainda ficam tão distantes dos registros de Emprego do mercado de trabalho formal regido pela Lei das Cotas...

As análises anteriores em torno das estatísticas do Censo 2000 podem ter lançado alguma luz na interpretação desses dados tão nebulosos para as necessidades práticas de inserção de PCDs nos mercado de Trabalho, os quais talvez venham a se tornar um pouco mais claros com a publicação dos resultados do Censo 2010. Contudo, chegamos à conclusão de que nada melhor do que examinar os dados de emprego formal veiculados pelo acervo RAIS – CAGED para tentar discernir as chances e entraves do complexo processo de inserção de PCDs no mercado de trabalho formal em sintonia com a Lei das Cotas. Examinemos, pois, a Tabela 4, a seguir.

**NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E CLASSES DE RENDA NOS EMPREGOS DOS ESTABELECIMENTOS DE 100 OU MAIS EMPREGOS E DOS PCD'S
NO BRASIL, NO BRASIL SEM O ESP E NO ESTADO DE SÃO PAULO - RAIS 2009**

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	BRASIL							BRASIL SEM O ESP						ESTADO DE SÃO PAULO							
	Emprs Ests + de 100			Empregos PCDs				Emprs Ests + de 100			Empregos PCDs			Emprs Ests + de 100			Empregos PCDs				
	Quant	Partic %	% Gru- pos	Quant	Partic %	Grupos	% Gru- pos	Quant	Partic %	% Gru- pos	Quant	Partic %	% Gru- pos	Quant	Partic %	% Gru- pos	Quant	Partic %	Grupos	% Gru- pos	
ANALFABETO	121.541	0,54	0,54	3.007	1,04	3.007	1,04	104.453	0,65	0,65	2.208	1,15	1,15	17.088	0,26	0,26	799	0,83	799	0,83	
ATE 5.A INC	882.398	3,92		14.919	5,17			685.367	4,28		10.291	5,35		197.031	3,02		4.628	4,81			
5.A CO FUND	1.043.077	4,63		16.830	5,83			749.423	4,68		10.893	5,66		293.654	4,51		5.937	6,17			
6. A 9. FUNDI	1.721.788	7,65		32.635	11,31			1.287.166	8,04		23.309	12,12		434.622	6,67		9.326	9,69			
FUND COMPL	2.622.272	11,65	27,84	40.890	14,17	105.274	36,48	1.931.063	12,07	29,08	28.674	14,91	38,04	691.209	10,61	24,81	12.216	12,69	32.107	33,36	
MEDIO INCOMP	1.428.392	6,34		25.351	8,78			1.042.311	6,51		17.077	8,88		386.081	5,92		8.274	8,60			
MEDIO COMPL	8.618.245	38,27	44,62	110.117	38,16	135.468	46,94	5.945.479	37,16	43,67	71.324	37,08	45,96	2.672.766	41,02	46,94	38.793	40,30	47.067	48,90	
SUP. INCOMP	977.870	4,34		12.181	4,22			664.840	4,15		7.557	3,93		313.030	4,80		4.624	4,80			
SUP. COMP	4.950.933	21,99	26,33	31.624	10,96	43.805	15,18	3.485.469	21,78	25,94	20.270	10,54	14,47	1.465.464	22,49	27,29	11.354	11,80	15.978	16,60	
MESTRADO	110.703	0,49		715	0,25			84.658	0,53		537	0,28		26.045	0,40		178	0,18			
DOCTORADO	40.661	0,18	0,67	324	0,11	1.039	0,36	21.440	0,13	0,66	201	0,1	0,38	19.221	0,29	0,69	123	0,13	301	0,31	
Total	22.517.880	100,00		288.593	100,00			16.001.669	100,00		192.341	100		6.516.211	100,00		96.252	100,00			
CLASSES DE RENDA																					
Até 0,5 SM	98.043	0,44		1.245	0,43			71.675	0,45		1.062	0,55		26.368	0,40		183	0,19			
De 0,51 a 1,00 SM	879.694	3,91	4,34	11.586	4,01	12.831	4,45	702.466	4,39	4,84	8.532	4,44	4,99	177.228	2,72	3,12	3.054	3,17	3.237	3,36	
De 1,01 a 1,50 SM	5.202.697	23,10		84.203	29,18			4.320.643	27,00		68.315	35,52		882.054	13,54		15.888	16,51			
De 1,51 a 2,00 SM	3.611.942	16,04		51.964	18,01			2.551.818	15,95		32.062	16,67		1.060.124	16,27		19.902	20,68			
De 2,01 a 3,00 SM	4.191.074	18,61		51.552	17,86			2.819.568	17,62		30.797	16,01		1.371.506	21,05		20.755	21,56			
De 3,01 a 4,00 SM	2.320.623	10,31		24.732	8,57			1.526.664	9,54		14.271	7,42		793.959	12,18		10.461	10,87			
De 4,01 a 5,00 SM	1.436.681	6,38	74,44	14.571	5,05	227.022	78,67	916.132	5,73	75,83	8.481	4,41	80,03	520.549	7,99	71,03	6.090	6,33	73.096	75,94	
De 5,01 a 7,00 SM	1.675.100	7,44		14.744	5,11			1.070.116	6,69		8.238	4,28		604.984	9,28		6.506	6,76			
De 7,01 a 10,00 SM	1.128.506	5,01		10.238	3,55			726.164	4,54		5.216	2,71		402.342	6,17		5.022	5,22			
De 10,01 a 15,00 SM	807.395	3,59	16,04	6.999	2,43	31.981	11,08	526.476	3,29	14,52	4.053	2,11	9,10	280.919	4,31	19,77	2.946	3,06	14.474	15,04	
De 15,01 a 20,00 SM	356.641	1,58		2.959	1,03			232.889	1,46		1.840	0,96		123.752	1,90		1.119	1,16			
Mais de 20,00 SM	499.208	2,22	3,80	4.024	1,39	6.983	2,42	337.508	2,11	3,56	2.873	1,49	2,45	161.700	2,48	4,38	1.151	1,20	2.270	2,36	
Ignorado	310.276	1,38	1,38	9.776	3,39	9.776	3,39	199.550	1,25	1,25	6.601	3,43	3,43	110.726	1,70	1,70	3.175	3,30	3.175	3,30	
Total	22.517.880	100,00		288.593	100,00	100,00		16.001.669	100,00		192.341	100		6.516.211	100,00		96.252	100,00	100,00		

Focalizando o Estado de São Paulo, surpreende que no grupo de empregos classificado até o nível médio completo do Ensino Médio – até cerca de 12 anos de estudo – a proporção de PCDs ultrapassa, sobretudo no bloco do curso Fundamental, a correspondente proporção de empregos formais da economia paulista em geral com relação ao conjunto dos estabelecimentos empregadores com 100 ou mais vínculos ativos! Somente nos níveis Superior e Pós-Graduação a proporção de empregos de PCDs é ligeiramente inferior. Dispensamo-nos de reproduzir nesse texto os números da Tabela 4, que são evidentes aos olhos de qualquer observador interessado.

Fenômeno semelhante ocorre na comparação dessas duas colunas de empregos distribuídos segundo as classes de renda. Os empregos PCDs continuam proporcionalmente maiores que os empregos em geral da economia até o nível de 5 salários mínimos, no qual se insere mais do que a metade dos empregos formais da economia. Fica em pequena desvantagem apenas quanto aos níveis mais elevados de renda situados acima de 5 salários mínimos.

Essa relativa vantagem das proporções de estudo e classes de renda dos PCDs em relação aos Não-PCDs locados nos empregos formais do país, até o nível de ensino Médio Completo e no grupo de Renda até 5 salários mínimos, se repete tanto na série Brasil Sem o ESP, quanto nos dados globais do Brasil.

É no mínimo instigante constatar que, especificamente no caso da economia paulista, aquele pequeno contingente de 96.262 empregos PCDs registrados pela RAIS 2009 iguala-se e até mesmo supera – até o nível Médio Completo e no que diz respeito aos níveis de renda até 5 SM – o conjunto de empregos da economia paulista representada pela totalidade de estabelecimentos com 100 ou mais vínculos ativos formais, a qual ostentava no final de 2009, cerca de 6,5 milhões de empregos.

Quais são os fatores que podem explicar essa espécie de exuberância qualitativa do empregos formais existentes de PCDs no ESP – muito maior que as proporções vistas anteriormente na Tabela 3 entre PCDs ocupados e Não-PCDs desocupados relativos ao Censo 2000? É óbvio que níveis de instrução e de renda relativamente elevados são indicadores certos de boa qualificação média dos segmentos de trabalhadores detentores daqueles níveis. Poderíamos inferir que esses padrões relativamente elevados de instrução, renda e qualificação profissional dos trabalhadores PCDs empregados na economia formal é uma amostragem representativa de um conjunto maior dessa população de PCDs que ainda não chegou aos empregos formais? Qual seria a dimensão do universo real dessa amostragem?

Como vimos, pela Tabela 1, os dados de escolaridade do Censo de 2000 estão longe de revelar uma superioridade de nível de instrução da população paulista de pessoas com deficiências em comparação com a população sem tais deficiências. Da mesma forma, a Tabela 3 revela que as diferenças de níveis de renda entre os PCDs Ocupados e os não PCDs Ocupados são mínimas em termos desse universo de ocupações predominantemente informais, que normalmente dispensam níveis elevados de escolaridade e qualificação profissional. Esse universo de comparações leva a pensar que aquele pequeno contingente de PCDs da economia formal estaria muito longe de ser uma amostra representativa da população de pessoas com deficiência. Acabaria sendo, mais propriamente, um “acidente”, um “oásis” no “deserto”...

Nesse caso, deveríamos concluir, então, que, até o momento, a economia formal atraiu para uma parte de seus melhores empregos os poucos PCDs que tinham bom nível de escolaridade, renda e qualificação, esbarrando, daí por diante, nos limites

educacionais e de qualificação profissional de uma massa de PCDs menos aptos aos padrões dos empregos formais gerados pela economia? Mas, por outro lado, como admitir tal hipótese, se na Tabela 1, acima, quanto às faixas de Anos de Estudos dos PCDs residentes no Estado de São Paulo, encontrávamos cerca de 1,3 milhões de PCDs com 4 a 7 anos de estudo, 483 mil com 8 a 10 anos, 461 mil com 11 a 14 anos e 167 mil PCDs com 15 anos ou mais de estudo? Ao todo, mais de 2,4 PCDs declarados com escolaridade entre 4 anos até 15 anos ou mais? Por que essa legião de PCDs, com razoável nível de escolaridade, não é suficiente para preencher rapidamente pelo menos o potencial de 166 mil cotas que restam no estado? Será que essa discrepância escandalosa teria que ser explicada pelo viés de uma absoluta superestimação do Censo IBGE 2000 com relação à população PCDs cujas deficiências sejam realmente compatíveis com as exigências da Lei das Cotas?

E assim vemos os nossos esforços de interpretação das estatísticas cada vez mais parecidos com a sina do pobre Sísifo da mitologia grega, condenado a empurrar eternamente, ladeira acima, uma pedra que rolava de novo ao atingir o topo da colina...

Na medida em que continuamos longe de encontrar respostas satisfatórias para as indagações cruciais levantadas no início e durante esta análise, vamos nos render temporariamente ao cansaço na esperança de que essa teimosa debulhação de estatísticas do mercado de trabalho para os PCDs venha a estimular estudos, reflexões e debates de melhor sorte.

Atilio Machado Peppe, EPPGG
Gerente do Núcleo de Programas Sociais da SRTE-SP
São Paulo, 20/09/2010